



ACÓRDÃO Nº1054/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12493/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMINF.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Keltom Kellyo de Aguiar Silva (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Agnaldo Alves Monteiro - OAB/AM 6437.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3336/2021-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMINF. Exercício de 2019.

*Regularidade com ressalvas. Multa.
Recomendação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Manaus - SEMINF, exercício 2019, sob responsabilidade do Senhor **Keltom Kellyo de Aguiar Silva**, Secretário Municipal de Infraestrutura, com fulcro no art. 22, inciso II, da Lei n. 2423/96 – LO/TCE e do art. 188, §1º, II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

10.2. Aplicar Multa ao Senhor **Keltom Kellyo de Aguiar Silva**, Secretário Municipal de Infraestrutura, no exercício de 2019, no **valor R\$ 6.000,00** (seis mil reais), com fulcro no art. 308, VI, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, com nova redação dada pela Resolução n. 04/2018-TCE/AM, porque, ainda que julgadas as contas regulares com ressalvas, há impropriedades identificadas e consideradas insanadas, conforme restrições dos itens 1.1, 1.2, 1.4 e 2.1 do Relatório/Voto; Fixar o **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, acima registrado, aos Cofres da Fazenda Pública Estadual, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o



ACÓRDÃO Nº1054/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome da responsável;

10.3. Recomendar à Secretaria Municipal de Infraestrutura - Seminf - que:

- 10.3.1.** Busque resolução imediata quanto a existência de Restos a pagar processados de exercícios anteriores (2011; 2016; 2017 e 2018), considerando que por Lei os mesmos já deveriam ter sido quitados em época certa (item 1.2 do Relatório/Voto);
- 10.3.2.** Atente com maior rigor às disposições do art. 4º c/c art. 12 da Lei n. 4.320/64, de modo a não incorrer em dispêndios não previstos na aludida legislação (item 1.3 do Relatório/Voto);
- 10.3.3.** Observe com maior rigor aos prazos para envio de dado ao sistema e-Contas, evitando ser reincidente em atrasos que podem ser evitados com o devido planejamento (item 1.5 do Relatório/Voto);
- 10.3.4.** Atente com maior rigor às disposições da Resolução n. 05/1990-TCE/AM, especialmente quanto aos documentos cujo envio é obrigatório (item 1.6 do Relatório/Voto).

11- Ata: 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 5 de Outubro de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Neto.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº1054/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza,
Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral